CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 64/2015

Contrato no: 64/2015

Contratante: MUNICÍPIO DE BOM JESUS

Contratado: NUTRIPORT COMERCIAL LTDA

CNPJ nº 03.612.312/0004-97

Finalidade: Aquisição de leites e fórmulas especiais para atender as necessidades dos pacientes em

situação de risco e vulnerabilidade, grupos prioritários, buscando garantir a oferta destes produtos aos pacientes e usuários das políticas públicas de saúde e assistência social, conforme resolução nº 39 de 9 de dezembro de 2010 do CNAS, com entrega

parcelada, durante o exercício de 2015.

Vinculação: Proc. Adm. Licitatório nº 22/2015 - P.P nº 14/2015

Contrato administrativo que fazem entre si, de um lado o **MUNICÍPIO DE BOM JESUS**, Estado de Santa Catarina, com sede na Rua Pedro Bortoluzzi, inscrito no CNPJ/FM, sob o nº 01.551.148/0001-87, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor **Vilmar Sabino da Silva**, brasileiro, casado, doravante denominado de **CONTRATANTE** e de outro lado **NUTRIPORT COMERCIAL LTDA**, CNPJ nº 03.612.312/0004-97, sediada na Rua Judite Melo dos Santos, S/N, Bairro Distrito Industrial, no município São José - SC, representado pelo Senhor **ALEXANDRE TABUENCA DA SILVA**, portador do CPF nº 043.068.978-00, RG nº 7.650.059, domiciliado na Rua Pedro Pomponazzi, nº 377, Apto. 121, Vila Mariana, no município de São Paulo - SP, de ora em diante denominado simplesmente de **CONTRATADA**, de comum acordo e amparado na Lei Federal Nº 8.666/93, consolidada com as alterações pelas Lei Federais Nº 8.883/94, 9.032/95 e 9.648/98, e declaram pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, ter justo e contratado entre si a aquisição, descritos e caracterizados no Processo Licitatório nº 22/2015, na modalidade de Pregão Presencial nº 14/2015, e nas cláusulas adiante especificadas e condições que se enunciam a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA- DO OBJETO

Aquisição de leites e fórmulas especiais para atender as necessidades dos pacientes em situação de risco e vulnerabilidade, grupos prioritários, buscando garantir a oferta destes produtos aos pacientes e usuários das políticas públicas de saúde e assistência social, conforme resolução nº 39 de 9 de dezembro de 2010 do CNAS, com entrega parcelada, durante o exercício de 2015, mediante requisição e conforme necessidade de consumo, de acordo com as especificações e quantidades contidas no anexo.

Parágrafo único: A indicação de quantitativos no anexo deste contrato não gera direito subjetivo ao fornecimento integral, devendo ser observada a real necessidade da administração.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO

O presente é por prazo determinado, com vigência de **05/05/215 a 31/12/2015**, findando independentemente de aviso ou notificação.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E DO REAJUSTE

O valor a ser pago pelo objeto descrito na cláusula primeira será de até **R\$ 10.264,10** (dez mil duzentos e sessenta e quatro reais e dez centavos), podendo variar de acordo com a real necessidade de aquisição por parte da Administração Municipal.

Por se tratar de contrato não superior a doze (12) meses, conforme determinação da Lei Federal nº 8.880 de 27 de maio de 1994, nos termos do artigo 11 e 12, não cabe qualquer espécie de reajuste, salvo o disposto no art. 65 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA - O PAGAMENTO

O Município de Bom Jesus efetuará o pagamento do objeto desta licitação no prazo de até 30 (trinta) dias após a data de apresentação das respectivas notas fiscais, através de depósito bancário ou transferência online em agência do Banco do Brasil, caso possua a contratada, ou mediante pagamento de boleto bancário emitido pela contratada.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- I Os itens deverão ser FORNECIDOS e ENTREGUES na sede da "Assistência Social/CRAS", num prazo máximo de 04 (quatro) dias para a entrega a contar da Requisição firmada pela autoridade competente.
- II Arcar com os encargos trabalhistas e tributários decorrentes da execução do contrato.
- III Manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA SEXTA- DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato serão suportadas pela dotação orçamentária especifica do orçamento do exercício de 2015, especificada nos autos do processo licitatório respectivo.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- I Efetuar o pagamento de acordo com a cláusula quarta.
- II Esclarecer as dúvidas quando elas existirem através do responsável pelos serviços.
- III Disponibilizar a estrutura necessária para que os objetos contratados sejam devidamente entregues.
- IV- Fiscalizar a execução do contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- I Nenhuma modificação expressa poderá ser introduzida no objeto do presente instrumento, sem o consentimento prévio da contratante.
- II Os casos omissos serão dirimidos de acordo com a Lei 8.666/93.

III – O presente contrato fica vinculado ao Processo Licitatório nº 22/2015.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO

- I O presente instrumento poderá ser rescindido por mútuo acordo ou conveniência administrativa recebendo a contratada somente o valor dos bens já fornecidos, não lhe sendo devido qualquer outro valor a titulo de indenização ou a qualquer outro titulo presente ou futuro sob qualquer alegação ou fundamento.
- II O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas e condições estabelecidas neste Edital e no Contrato, por parte do licitante vencedor, assegurará ao Município o direito de rescindir o Contrato, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para a Administração e sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Edital.
- III O Contrato poderá ser rescindido, ainda, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666/93 e alterações posteriores, unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:
- a) quando houver o atraso injustificado, a juízo da Administração, na entrega do objeto licitado;
- b) quando houver a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação do licitante vencedor com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;
- c) quando houver o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei nº 8.666/93 atualizada;
- d) quando houver a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- e) quando houver a dissolução da empresa;
- f) quando houver a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;
- g) quando houverem razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e
- h) quando houver a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.
- i) amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;
- j) Judicialmente, nos termos da legislação vigente.
- IV A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES

Em caso de inexecução, erro de execução, execução imperfeita ou inadimplemento contratual, a Contratada ficará sujeita sem prejuízos das responsabilidades civis e criminais que couberem, as seguintes penalidades:

- I Advertência;
- II Multa administrativa correspondente a 10% (dez por cento) do valor total do presente contrato
- III Impossibilidade de licitar e contratar com a contratante pelo prazo de até 02 (dois) anos a contar do dia da fixação da pena;
- IV Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

Para as questões decorrentes da execução deste termo de contrato fica eleito o Foro da Comarca de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser, exceto o que dispõe o inciso VIII do artigo 29 da Constituição Federal.

E, por estarem assim justos e contratados firmam o presente, juntamente com duas (02) testemunhas, em três (03) vias de igual teor e forma, sem emendas e rasuras para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Bom Jesus - SC, 04 de maio de 2015.

VILMAR SABINO DA SILVA Prefeito Municipal Contratante NUTRIPORT COMERCIAL LTDA CNPJ nº 03.612.312/0004-97 Alexandre Tabuenca da Silva CPF nº 043.068.978-00 Contratada

Testemunhas:

Valdecir Kunz CPF nº 004.713.889-04 Moacir dos Santos Junior CPF nº 056.336.529-32

Jean Carlo Fin Assessor Jurídico OAB/SC 38.749 Minuta:

Contrato no: 64/2015

Contratante: MUNICÍPIO DE BOM JESUS

Contratado: NUTRIPORT COMERCIAL LTDA

CNPJ nº 03.612.312/0004-97

Finalidade: Aquisição de leites e fórmulas especiais para atender as necessidades dos pacientes em

situação de risco e vulnerabilidade, grupos prioritários, buscando garantir a oferta destes produtos aos pacientes e usuários das políticas públicas de saúde e assistência social, conforme resolução nº 39 de 9 de dezembro de 2010 do CNAS, com entrega

parcelada, durante o exercício de 2015.

Vinculação: Proc. Adm. Licitatório nº 22/2015 - P.P nº 14/2015

Valor Total: R\$ 10.264,10 (dez mil duzentos e sessenta e quatro reais e dez centavos)

Foro: Comarca de Xanxerê

Data: Até 31/12/2015

Bom Jesus (SC), 04 de maio de 2015.

VILMAR SABINO DA SILVA Prefeito Municipal